

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTHUR OLÍMPIO PIRES SÁ CARNEIRO

**COMO A GEOPOLÍTICA DA BAÍA DE BENGALA AFETA A CRISE DE
REFUGIADOS ROHINGYA – 2013-2020**

RECIFE

2020

ARTHUR OLÍMPIO PIRES SÁ CARNEIRO

**COMO A GEOPOLÍTICA DA BAÍA DE BENGALA AFETA A CRISE DE
REFUGIADOS ROHINGYA – 2013-2020**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais sobre orientação da Prof. MSc. Jeanete Viegas.

RECIFE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

C289c Carneiro, Arthur Olímpio Pires Sá.
Como a geopolítica da Baía de Bengala afeta a crise de refugiados Rohingya – 2013-2020 / Arthur Olímpio Pires Sá Carneiro. – Recife, 2020.
48 f. : il. color.

Orientador: Prof^a. Ms. Jeanete Viegas.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2020.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Refugiados. 3. Rohingya. 4. Geopolítica. 5. Myanmar. 6. China. I. Viegas, Jeanete. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.2-315)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ARTHUR OLÍMPIO PIRES SÁ CARNEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais sobre orientação da Prof. MSc. Jeanete Viegas.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis
Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
Prof. MSc. Jeanete Magalhães Viegas

RECIFE

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram desde sempre, minha mãe Viveca Pires Sá Carneiro, meu pai Gustavo de Oliveira Sá Carneiro, minha irmã Jessica Pires Sá Carneiro, minha avó Helena Pires Lacerda, a Marinez e minha cachorrinha Bindi. Também agradeço aos que me apoiaram a partir de um certo ponto, respectivamente, minha orientadora Jeanete Magalhães Viegas e a intimidante banca de defesa composta por Elton Gomes dos Reis e Pedro Gustavo Cavalcanti Soares. Não foi fácil a jornada até agora, mas tive muita gente me ajudando, fora os já mencionados também se destacam professor Maurício Wanderley, que me deu forças para continuar quando eu teria desistido, meu amigo de infância João Aureliano, que me motivou dizendo “Se eu consegui, você também consegue”, a casa Quinta de Luz, cuja ajuda invisível eu tenho certeza que ajudou mais do que eu imagino, acrescento também João Luís, Lama Tilmann e Lama Gelek pelos seus ensinamentos e palavras sábias. Creio que ainda há muitos a quem agradecer, mas não há páginas o suficiente, os que não foram nomeados aqui, por favor sintam-se acolhidos e saibam que tenho grande apreço pois o tempo que passei nesta faculdade viu muitas mudanças em mim.

RESUMO

Os acontecimentos no Estado de Rakhine em 2017 tiveram repercussão mundial pela violência generalizada contra a minoria dos Rohingya no Myanmar, fazendo com que centenas de milhares de indivíduos buscassem refúgio no Bangladesh, porém, nos anos subsequentes a nomeada crise dos refugiados tomou um segundo plano no cenário internacional à medida que o bloco ocidental impôs sanções no Myanmar. Este trabalho tem a pretensão de analisar os motivos geopolíticos que envolvem a crise, comentando e expondo as dificuldades do seu processo e resolução. Esta tese tem o embasamento teórico nos autores neoclássicos das Relações Internacionais e os da geopolítica clássica, que estruturam a primeira parte do trabalho, colocando a crise no olhar das devidas teorias, já na segunda parte prevalecem os autores locais que caracterizam o histórico étnico e governamental, e a terceira parte é colocado um estudo de caso que exemplifica a construção dialética do trabalho, seguido das conclusões finais. Todas as referências são de pesquisa bibliográfica, documental e de reportagens jornalísticas.

Palavras-chave: Refugiados. Rohingya. Geopolítica. Myanmar. China.

ABSTRACT

What happened in Rakhine State in 2017 had worldwide repercussion because of its generalized violence against the Rohingya minority of Myanmar, leading hundreds of thousands of individuals to look for refuge in Bangladesh, but, in subsequent years the so called refugee crisis has taken a secondary role internationally as the western bloc imposed sanctions towards Myanmar. This work has the intent of analyzing the geopolitical motives that involve the crisis, commenting and exposing the difficulties of its process and resolution. This thesis has the theoretical basis consisting of works from International Relations' neoclassical authors as well as classic geopolitical ones, which build the first phase of the text, putting the crisis under the view of the respective theories, on the second phase the local authors prevail, characterizing the ethnical and governmental history, on the third phase a case study that exemplifies the construction of the general dialectics is put forth, followed by the final conclusions. All references are bibliographical, documental research, with the addition of journalistic reports.

Keywords: Refugees. Rohingya. Geopolitics. Myanmar. China.

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Mapa da área pivô de Mackinder.....	17
Figura nº 2 – Mapa da região da Baía de Bengala.....	21
Figura nº 3 – Mapa das etnias regionais do Myanmar.....	24
Figura nº 4 – Mapa do Oleoduto Myanmar-China.....	39

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIIB – *Asian Infrastructure Investment Bank*

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

EUA – Estados Unidos da América

OBOR – *One Belt One Road*

OEA – Organizações Étnicas Armadas

ONU – Organização das Nações Unidas

RI – Relações Internacionais

RPC – República Popular da China

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	13
1.1 Adendo Cultural.....	13
1.2 Realismo Defensivo e poder.....	15
1.3 Geopolítica clássica e espaço geográfico.....	17
2 CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E A CRISE.....	20
2.1 A Baía de Bengala.....	20
2.2 A Nação do Myanmar.....	22
2.3 A Identidade Rohingya.....	25
2.4 A(s) Crise(s).....	27
3 OS PLANOS DA CHINA PARA O MYANMAR.....	31
3.1 Amizades situacionais.....	31
3.2 Intervenção chinesa em conflitos étnicos.....	32
3.3 <i>One Belt One Road Initiative</i>	36
CONCLUSÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

As relações internacionais, como um método de análise, muitas vezes servem para observar movimentos cíclicos que ao decorrer do tempo vão se desdobrando e adquirindo escalas cada vez maiores, podendo gerar conflitos dependendo do seu conteúdo. Ao ver como esses movimentos somados a problemas sistêmicos se tornam uma crise, pode-se ver também o que poderia ser feito não só para acabar com a crise em si, mas também com os próprios problemas, pois tais crises aparecem em momentos de calamidade socioeconômica, em contextos específicos, muitas vezes decorrentes do choque entre os Estados e seus interesses em espaços geográficos com alta atividade humana.

Socialmente, tais crises são como câmaras de eco, onde as vozes dos que participam presentemente são escutadas e interpretadas para o mundo todo ouvir pelo intermédio da mídia, dos jornais e da internet. Porém não é toda crise que é claramente coberta dessa maneira, inúmeras instabilidades políticas acontecem sem muita importância do mundo civil e da comunidade internacional, principalmente em lugares fora do radar democrático. De primeira instância há a conclusão de que isso se dá pela falta de gravidade da crise, talvez ela não seja tão grande coisa assim, mas se levar em consideração as implicações geopolíticas e hegemônicas, e principalmente como funcionam as balanças de poder em virtude da ética anárquica, *realpolitik*, do sistema internacional, se vê que pode não ser o caso.

Para contextualizar com um exemplo, a crise de refugiados Rohingya é uma de tais crises suprimidas, um desdobramento do problema sistêmico e histórico da relação entre as etnias religiosas na região da Baía de Bengala, tendo o foco central o que hoje é a República da União de Myanmar (antiga Birmânia), os Estados fronteiriços e grandes potências como a Índia e China. Por fins de nomear uma qualidade a ela, é possível dizer que é uma crise de dimensões múltiplas, questões políticas, religiosas, econômicas e sociais se entrelaçam de uma forma indefinida, sendo necessário, para palpável entendimento dessa delicada balança de poder, conhecimento direto da história desses refugiados, as vítimas, digamos, os muçulmanos presentes em Myanmar.

Os Rohingyas, como são comumente referidos, são um povo que sofre com problemas de identidade nacional e êxodos eventuais há muitos anos, eles são majoritariamente situados

de forma precária no estado de Rakhine, palco dos episódios recentes de violência que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, descreveu como limpeza étnica e situação humanitária catastrófica. O evento que deu início a esses episódios foi um ápice nas tensões estabelecidas, em 25 de agosto de 2017, quando militantes Rohingya invadiram postos policiais em protesto as suas condições de marginalização. Em retaliação, o exército nacional deu início a uma operação militar que supostamente utilizaram-se de armas incendiárias e táticas de limpeza étnica, matando civis e plantando explosivos na fronteira de Bangladesh, tudo com uma leve atenção da mídia internacional, fazendo centenas de milhares de muçulmanos Rohingya migrarem para o Bangladesh e outros países como Indonésia, Malásia e Tailândia.

É exatamente nisso que o trabalho está imerso e é com a pretensão de analisar as causas sistêmicas da atitude mianmarese perante os Rohingya, com o plano de fundo sendo a Baía de Bengala, iniciando com a criação da conexão entre as teorias de Kenneth Waltz, assim dando uma perspectiva elucidativa das Relações Internacionais neoclássicas, logo depois, adiciona-se a visão da geopolítica tradicional de Mackinder e, mais enfaticamente, de Spykman. Todo o arcabouço de informação enciclopédica a respeito da relação entre identidade, etnia e governo será apresentado depois da construção teórica, pois servirá de base para o estudo de caso e as conclusões finais, lá será apresentada a Baía de Bengala como cenário geográfico e a complexidade por trás do governo mianmarese em relação aos Rohingya, os autores prevaletentes nesta fase são majoritariamente do Leste e Sudeste asiático. No capítulo final será introduzido um estudo de caso para a de construção de diálogo, utilizando majoritariamente autores que falam diretamente sobre a temática Myanmar-China.

Este projeto é de abordagem qualitativa de característica exploratória e descritiva, com observação não participante, tendo o procedimento técnico baseado em bibliografias e documentos, com o objetivo de chegar as conclusões presentes e conta com o auxílio de diversas obras literárias, reportagens jornalísticas, artigos e trabalhos de pesquisa e documentos majoritariamente de instituições internacionais como a ONU. Apesar de ser bastante mencionado o ano de 2017, a primeira delimitação do recorte temporal geral se caracteriza pelo ano de 2013, ano essencial para o entendimento do estudo de caso e para responder a pergunta de pesquisa, a presença da argumentação do porquê da escolha dessa data é diretamente relacionada ao andar progressivo dos capítulos até os pontos criados no capítulo 3, a segunda

delimitação sendo a área geográfica do Myanmar, em especial o estado de Rakhine, na Baía de Bengala.

O que é apresentado vem de uma necessidade de atenção cuidadosa sobre o tema, pois chegar a responder como a geopolítica da Baía de Bengala afeta a crise de refugiados Rohingya não é uma simples análise situacional, mas um entendimento de um processo de política externa e geopolítica, portanto a construção dessa tese conta com um arcabouço referencial completo para apresentar os argumentos de forma coerente. Tal esforço da confecção do projeto servirá para enriquecer o mundo acadêmico do Brasil (e em última instância do ocidente em geral) perante assuntos asiáticos, meio que carece de ênfase.

1. EMBASAMENTO TEÓRICO

O assunto dado na Introdução, respectivamente, o dos refugiados Rohingya no Myanmar e na Baía de Bengala merece uma análise cirúrgica de suas interações políticas e acontecimentos, e para isso se deve aplicar as teorias necessárias, como julga o conhecimento do autor, no que se deve ser comentado e aprendido, porém ainda há uma consideração a fazer.

1.1 Adendo cultural

Antes de adentrar no embasamento teórico, há a necessidade de expressar a consideração e o respeito a autodeterminação dos povos como atitude essencial para uma boa prática internacionalista, pois muitos autores e teóricos que, na tentativa de explicar sobre problemas sistêmicos, caem numa espécie de anacronismo e desconsideração dos povos locais, portanto, reitera-se que para entender a visão de mundo no golfo da Baía de Bengala é de suma importância localizar, conhecer e entender os lugares em que os conflitos se passam.

Normalmente quando a pesquisa envolve lugares geográficos com grande atividade humana, entende-se que é necessário uma introdução breve das respectivas culturas, já quando o estudo de torna cultural procura-se entender a língua local, a história, o comportamento, as crenças religiosas, a política, o entretenimento e o comportamento dos cidadãos residentes e pertencentes a estes territórios, como diz Draper em seu livro sobre os princípios da etnografia:

Cultura não é uma entidade fixa ou uma coisa finita concreta; mas é o intermédio ou contexto em que nós engajamos nas complexidades da vida diária. É muito mais do que raça ou etnia e inclui linguagem, comportamentos, relacionamentos, arte, música, culinária: os meios coletivamente valorizados em que nós vivemos. Ela tanto forma e é formada pelas nossas ações e comportamentos individuais. (DRAPER, 2015, p.38).

Portanto aqui leva-se o possível de consideração com a multiplicidade e integração desses vários valores culturais em questão no contexto da crise, juntamente com a tentativa de se afastar de quaisquer perspectivas orientalistas que subsequentemente podem transparecer ao discorrer sobre temas asiáticos (SAID, 1978).

De fato, crise é um termo apropriado, os Rohingyas sofrem inúmeras privações na região a anos, eles são classificados como apátridas pelo governo, são também proibidos de se casar ou de viajar sem a permissão das autoridades e não têm o direito de possuir terra ou propriedade, tudo isso sancionado pela Constituição, uma lei chamada Ato (ou Lei) da Cidadania de 1982

que dita as qualidades especiais que o indivíduo deve ter para ser considerado como *de facto* cidadão mianmarese, coisa que os Rohingya não têm (YEGAR, 2002). O resultado disso é uma verdadeira perseguição, e dentro do maquinário da governança a corrupção do pensamento nacionalista se entrelaça com o histórico religioso, que, inclusive, já tendencialmente pende para ações xenófobas e intolerantes, como é o caso com países que combinam a identidade nacional com o Budismo Theravada (Myanmar, Sri Lanka, Tailândia, etc.), lar dos famosos monges violentos (YEGAR, 1972).

Para visualizar isso de maneira mais concreta, basta mergulhar na memória recente do que aconteceu em Rakhine, o estado em que se concentram os Rohingya, a segunda maior etnia presente na região, apenas perdendo para os locais, Arakaneses (Rakhine étnicos), majoritariamente budistas (PARNINI, 2013). Em 2012 as diferentes pressões eclodiram quando uma troca de violências entre as duas etnias culminou nos chamados protestos de Rakhine, que deixou uma quantidade alarmante de mortos e feridos, fazendo com que entrassem em estado de emergência, ademais, a interferência do exército (*Tatmadaw*) concretizou o suposto desejo interno de se livrar dos Rohingya em nome da integridade da identidade nacional, centenas de milhares de Rohingya foram expulsos da região, há muitos relatos da brutalidade dos soldados birmaneses e de suas táticas. O governo, sendo alvo de críticas pesadas na ONU e dos países centrais, não estava disposto a chegar em um acordo, e ainda não aceitou a reintrodução dos refugiados como cidadãos, todas as resoluções do Conselho de Segurança que tocam no assunto foram vetadas (ALBERT, 2020).

Por conta disto e do conturbado processo de repressão a democratização do passado, Myanmar sofre com várias sanções vindas dos Estados Unidos, União Europeia e outros países do eixo central, como o Canadá (KUDO, 2019), com alegações de abuso dos direitos humanos, prejudicando bastante suas exportações e sua industrialização, abalando sua economia majoritariamente ruralizada (KUDO, 2006). Curiosamente, ainda assim, a atitude perante a crise é inflexível, o governo permanece aberto para oferecer ajuda humanitária mínima, mas não revoga sua atitude de considerar os Rohingya como imigrantes ilegais do Bangladesh que se estabeleceram na região por mera vontade própria. Doravante, é possível questionar sobre o porquê de não haver uma retaliação em comparação a, digamos, os refugiados da guerra civil da Síria, e este é um ponto principal que irá ser respondido ao ampliar para a macro política, observando a odisseia de um povo que estava no lugar errado e na hora errada, vítimas de movimentos muito maiores que eles.

Agora convêm aplicar as respectivas teorias das Relações Internacionais e da geopolítica para a construção argumentativa do tema apresentado, para a sua estruturação acadêmica e facilitação do entendimento geral do que consta os assuntos tratados.

1.2 Realismo Defensivo e poder

Dentro do que é chamado de Realismo Estruturalista, ou Neorealismo, movimento teórico das Relações Internacionais que se iniciou com Kenneth Waltz em 1979, existem dois eixos de pensamento, duas visões de mundo, o Realismo Defensivo e o Realismo Ofensivo. O Realismo Defensivo vem para servir de plano de fundo para comentar sobre as macro relações que envolvem todos os atores soberanos e também a crise de refugiados diretamente, tal vertente das Relações Internacionais considera que o poder de uma nação, apesar de ser um termo amplo, engloba uma multitude de tipos de relacionamentos interestatais e não apenas uma busca desenfreada pela sua aquisição (WALTZ, 1979).

Esse poder pode ser caracterizado como a habilidade dos Estados de usar de recursos materiais para fazer que outros façam o que eles não queriam fazer, isso se manifesta mais enfaticamente nas questões militares e econômicas, tal concepção está mergulhada na lógica realista que dita que o sistema internacional é anárquico, que os Estados possuem a capacidade de ferir outros Estados, que os Estados não estão cientes das intenções dos outros, que o objetivo principal do Estado é sobrevivência (segurança) e que os Estados procedem estrategicamente para sobreviver (busca de interesses próprios) (MORGENTHAU, 1948). O que qualifica o uso do poder de um Estado é a sua qualidade de soberano, a incapacidade de existir mais de uma autoridade em um território delineado, tudo isso dependente da noção jurídica e estrutural do próprio conceito de Estado.

O argumento central que envolve os autores do Realismo Defensivo e o conteúdo da tese apresentada é a de que a estrutura anárquica do sistema internacional na verdade encoraja os Estados a manterem políticas moderadas e reservadas para a obtenção de segurança, enquanto os Ofensivos teorizam que os Estados sempre buscarão obter poder. Tal hipótese é considerada incoerente pelos Defensivos, que dizem que expansionismo agressivo afeta a tendência dos Estados de se conformarem a balança de poder, a balança sendo a postura de proteção de uma nação, ou um grupo de nações, perante outra nação, ou grupo de nações, de poder superior, assim fazendo-as engajarem ou em corridas armamentistas, ou em alianças, portanto ir contra a tendência natural dos Estados de criar uma espécie de equilíbrio entre si

seria ir contra o próprio objetivo dos Estados, que é a segurança. Mesmo que os Defensivos não neguem a realidade de conflitos interestatais, nem que incentivos para expansionismo não existam, eles argumentam que esses incentivos são esporádicos e não endêmicos (WALTZ, 1979).

Os realistas defensivos dizem que a quantidade de poder que uma nação possui não dita necessariamente sua política ou comportamento, se alguma vez a nação age de acordo com a sua quantidade de poder, é bem possível que ou haja uma falha na sua execução, ou buscam agir mais agressivamente que seu poder permitiria tecnicamente falando. De qualquer forma, descontinuidades e instabilidades surgem do sobre ou sub uso do poder, e as tensões se acumulam quando tais instabilidades afetam a balança de poder internacional, que é o delicado equilíbrio que resulta das ações dos Estados no exercício da sua sobrevivência, fazendo assim uma espécie de balança, à medida que as relações de poder vão acontecendo (WALTZ, 1979).

É de interesse salientar a conclusão de que o critério de aquisição de poder real não é apenas mais os armamentos sofisticados e estruturas militares em larga escala, mas sim a criação de uma segura estrutura através da eficiência econômica e avanço tecnológico (WALTZ, 1979).

Isso serve de auxílio para entender como o relacionamento de interdependências é rico no contexto do Myanmar na crise dos Rohingya, apenas uma teoria que levasse em consideração a multiplicidade de facetas que deveriam ser consideradas poderia fazer justiça ao panorama sócio-político do tema sem desconsiderar fatores importantes, como os próprios refugiados, em tangentes altamente críticas como é visto no caso dos neorrealistas Ofensivos.

Ainda assim, cooperação e competição andam lado a lado e, como os Estados estão sempre buscando agir estrategicamente para atingir seus interesses, há casos de exploração severa das vulnerabilidades e sensibilidades, coisa mais comum de ser vista em grandes forças hegemônicas. Tal situação pode ser tão extrema que a possibilidade de um confronto militar se torna bastante real, apesar de isso não ser a opção preferível no mundo contemporâneo globalizado, fazendo com que essa ameaça sirva de vantagem estratégica para negociações.

Com as características das relações de poder determinadas, é de bom tamanho introduzir o tema geopolítico para solidificar a relação entre o espaço geográfico e tais relações políticas, visto a conexão do tema apresentado com um lugar específico.

1.3 Geopolítica clássica e espaço geográfico

Geopolítica é o estudo da relação entre política e internacional e fatos geográficos, nesse âmbito há dois nomes de destaque para estruturar a análise localizada da região a ser comentada, Mackinder e Spykman. Mackinder é considerado o pai da geoestratégia, na sua tese mais conhecida (*The Geographical Pivot of History*) ele teoriza que os recursos naturais da Ásia central são tão vastos que quem os controlar, conseqüentemente virará o novo império do mundo. Essa região ele denomina de *Heartland* (ou Pivô), e hoje os países que a ocupam são a Rússia, Cazaquistão, Curdistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Existe também a *Rimland*, que corresponde a todas as regiões fronteiriças da *Heartland*. Apesar dessa região não se tratar do espaço geográfico trabalhado no projeto, respectivamente, a Baía de Bengala no Myanmar, ela é influente no sentido do tipo de política externa que é formulada na região, as vantagens geopolíticas que as grandes potências (como os Estados Unidos da América, China e Rússia) procuram ter ao dominá-la (MACKINDER, 1904).

Figura nº 1 – Mapa da área pivô de Mackinder



Fonte: MACKINDER, Halford (1904). **The Geographical Pivot of History.** Blackwell Publishing. Acesso em: 16 nov 2020.

O enfoque geográfico da teoria *Heartland* faz uma conexão entre controle terrestre e poder político, o balanço desse poder sendo os fatores econômicos, estratégicos e as condições geográficas propriamente ditas, o trunfo dos recursos fósseis como o alvo principal de aquisição (MACKINDER, 1904). O caso mais próximo ao objeto de estudo, em termos de geopolítica geral e não local, é o da política externa da República Popular da China perante a Eurásia.

A China tem uma preocupação redobrada em manter a segurança nas fronteiras de seu poderio comercial e em criar iniciativas econômicas de acesso a petróleo, recurso que o *Heartland* do mundo tem estimado aproximadamente em dezenas de bilhões de barris, a Corporação Nacional Chinesa de Petróleo exemplifica isso nos seus tratados com países como o Uzbequistão, onde o Ministro de Assuntos Exteriores chinês, Qian Qichen, se referindo a construção de estradas de transporte de petróleo, comenta: “A China advoga para o estabelecimento de uma ordem política internacional e econômica justa, racional e estável, baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica” (GUANGCHENG, 1998).

Ou seja, é de se notar que o vácuo geopolítico da região, que antes pertencera a União Soviética (nação que rivalizou a hegemonia dos EUA) está lentamente sendo preenchido pela China através de relações bilaterais e expansão comercial com a Ásia central, garantindo não só alto influxo de produtos altamente valiosos, mas também de alianças diplomáticas e, consequentemente, de segurança fronteiriça (GUANGCHENG, 1998).

Realmente, à medida que se vai analisando a China mais detalhadamente, mais é percebido sua vantagem geoestratégica, como parte do seu território direto é na *Rimland* de Mackinder e como tenta espertamente exercer seu poder através de alianças comerciais. Isso leva a muito autores a compararem a China como uma nova espécie de Roma, até chegando a dizer que o Mar do Sul da China é o novo Mediterrâneo, essa teoria é proposta por Spykman, que difere um pouco de Mackinder ao dizer que quem domina a geoestratégia do mundo é quem tiver a *Rimland* sob controle, se distanciando do modelo quase que puramente focado nas potências ocidentais de Mackinder, que estariam em direto confronto contra as nações marinhas, que teriam o objetivo de obter a *Heartland* (SPYKMAN, 1944).

Spykman previu a ascensão da China como um poder continental de proporções gigantescas, descrevendo esse “Mediterrâneo Asiático” como um próprio mundo insular, composto pelo Mar do Japão, o Mar Leste da China e o Mar Sul da China. Esses mares marginais controlariam o acesso para o Oceano Pacífico e as rotas de comunicação que conectam o Oceano Índico e Pacífico. Ele nota também a similaridade geopolítica entre o Estreito de Malaca e o Canal do Panamá como passagens estratégicas das respectivas regiões geográficas (SPYKMAN, 1944).

Essas vantagens, junto com o crescimento desenfreado da capacidade da China durante os últimos 30 anos, criou um desafio geopolítico para o bloco ocidental, principalmente para os

EUA. Eles competem pelo domínio da Eurásia e agora o cenário é caracterizado por um número de poderes autoritários, sendo comandados pela China, ameaçando dominar a *Rimland* Eurasiana, através de meios não exatamente esperados (SPYKMAN, 1944). Nesse sentido, pode-se revisar o que Mackinder chamou de cenário pesadelo, a marginalização crescente das democracias marítimas e o final da era de predominância marinha europeia, já que até então as potências coloniais ocidentais foram bem sucedidas em explorar a Ásia, pela seu uso de tecnologia superior, além de, curiosamente, ditar sobre a irrelevância da Liga das Nações, apesar da sua boa intenção (MACKINDER, 1904).

Levando a teoria ao Myanmar, essas noções são extremamente relevantes ao entrar na região da Baía de Bengala e as teorias dos geopolíticos tradicionais, tanto quanto a dos realistas Defensivos, constroem a cadência necessária para argumentar os movimentos políticos da nação do Myanmar com os refugiados Rohingya, pois adentrar sobre os conflitos étnicos do Myanmar, geopoliticamente, sem entender essa realidade é impossível. A China como um agente “peso-pesado” da nova balança de poder mundial, exercendo, na região do Leste Asiático, uma influência sem precedentes com seus planos de expansão comercial depois de sua reintegração e internacionalização, também é incluída no estudo pelos seus interesses na vantagem geoestratégica que engloba a Baía de Bengala, e o Myanmar, a presença dos refugiados Rohingya aparece no jogo de relacionamentos entre os atores vigentes, por isso que esta tese se assemelha a uma interação entre a política interna e geopolítica hegemônica.

Com isso em mente, as relações político-econômicas, assim como o cabo de guerra entre ocidente e oriente e sua incapacidade de achar uma resolução que não alimenta um ciclo expansionista, faz com que o tema hegemônico se torna relevante, esse termo é classificado como a influência ou autoridade sobre outros, de diversas maneiras (socialmente, culturalmente, ideologicamente, economicamente etc.).

Concomitantemente, o Myanmar na sua prática de política doméstica e exterior tenta ser um agente influente desde muito tempo, e apesar de ter tido um papel relativamente secundário no cenário regional, agora teve o mundo inteiro atento a seu comportamento perante os refugiados e, no que consta a sua posição geopolítica, transparecendo os movimentos, o choque, e as inevitabilidades dos interesses. Como qualquer nação, toda a sedimentação do que se estuda estaticamente vem de um longo processo geográfico, histórico e identitário, processo que será salientado no próximo capítulo, iniciando-se pelas características regionais da Baía de Bengala.

2. CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E A CRISE

2.1 A Baía de Bengala

O estudo informativo dos contextos locais serve para criar os laços necessários entre o conteúdo verdadeiro, do cotidiano, e os movimentos políticos e étnicos, considerando o enfoque geopolítico do projeto, portanto tal construção de fatos enciclopédicos sobre a nação, a etnia e a crise propriamente dita, é de suma importância para revelar todos os atores para a argumentação da tese da relação entre a geopolítica da Baía de Bengala e a crise de refugiados Rohingya no estado de Rakhine, no Myanmar. De início, o espaço geográfico da Baía de Bengala é onde ambos a crise e os interesses externos se desenvolvem, ela se estende numa área de aproximadamente 1,600km e que faz fronteiras com o Sri Lanka, Bangladesh, Índia, Myanmar e a Península Malaia. Chaudury, de maneira pragmática, contextualiza a Baía:

A Baía de Bengala é de vital importância estratégica, econômica e marinha, assim como o Mar Andamão e o Estreito de Malaca ligam o Sul e Sudeste Asiático. A Baía é intrinsecamente rica em hidrocarbonetos e minerais. Vários grandes rios da Ásia fluem para a Baía e os mares adjacentes criam vastas bacias sedimentares que potencialmente tem depósitos de hidrocarbonetos. O papel crescente da Baía de Bengala como um reservatório de recursos vitais contribuiu para a habilidade das potências regionais de exercer influência na área. As dinâmicas mutáveis são particularmente relevantes para a Índia e a China, cujas economias emergentes são dependentes do fluxo contínuo de recursos, principalmente o petróleo. (CHAUDURY, 2016, p.1).

Por ela dar abertura no Oeste para o golfo pérsico, a Baía é considerada a maior rota comercial estratégica da região, seu clima é dominado por monções que assolam suas costas com eventuais tempestades, que dificultam um pouco o transporte marinho sazonalmente. Também é uma região riquíssima em recursos naturais e fósseis, com muito potencial de exploração econômica, seu chão marinho possui muitas substâncias orgânicas atrativas, focos de pedras preciosas, hidrocarbonetos e reservas de petróleo e gás natural, achadas recentemente (CHAUDURY, 2020). De fato, como comenta Yhome:

O valor da região da Baía de Bengala provavelmente irá crescer por muitos anos. Ao contrário do que foi no século XX, quando os dirigentes das dinâmicas econômicas e estratégicas eram agentes distantes, as dinâmicas de hoje são dirigidas por agentes dentro da região asiática. A região provê uma oportunidade de desenvolvimento de uma das mais populosas e mais pobres regiões do mundo (YHOME, 2014).

Historicamente a Baía serviu de rota comercial entre a Índia e China e foi cenário de conflitos com as nações Europeias, contou com um fluxo migratório constante entre diversas culturas e povos. Agora ela é foco dos processos de integração e cooperação regional entre as nações litorâneas, nota-se a Associação de Nações do Sudeste Asiático, uma organização de cooperação entre Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã, que é responsável por grande parte dos laços comerciais birmaneses (KUDO, 2006).

Figura nº 2 – Mapa da região da Baía de Bengala



Fonte: IndiaNetzone (https://www.indianetzone.com/6/bay_bengal.htm). Acesso em: 12 nov 2020.

A relação da Baía com o Myanmar, diretamente falando, é o que permitiu a nação a se colocar no sistema internacional de maneira positiva para seu eventual processo de industrialização, as terras férteis no litoral serviram de terreno de plantio de arroz e borracha, fazendo com que, em certo ponto (Séc. XVIII), a Birmânia se tornasse o maior exportador de arroz do mundo. O que chama atenção agora é a construção do Gasoduto China-Myanmar em 2013, e a edificação do Oleoduto China-Myanmar em 2015, parte do intitulado corredor China-Myanmar, um gigantesco investimento em *pipelines* com aproximadamente 800 quilômetros, da Baía de Bengala até o a cidade chinesa de Kunming, tudo isso para facilitar as importações

de petróleo e gás natural da RPC, evitando o percurso muitas vezes arriscado do Estreito de Malaca e o Mar da China do Sul, o gás e petróleo em si vindo da África e do Oriente Médio. O transporte será por uma ferrovia que acompanha os *pipelines*, um projeto complementar ao das rotas marinhas (CHAUDURY, 2016).

O estado de Rakhine, lar dos Rohingya, é completamente inserido na Baía de Bengala, ou seja, neste caso o Myanmar em si está numa posição privilegiada, considerando como a economia birmanesa sempre esteve relacionada a um senso de pertencimento geográfico, ela não costuma ser uma nação de alcances extremos no seu período independente, como diz Kudo “Comércio fronteiriço é a corda de salvamento da economia do Myanmar” (KUDO, 2006, p. 10). Portanto, pode-se ver como essa região é vantajosa para a economia mianmareense, que goza dos benefícios vindos dela, em especial suas relações bilaterais com a China. Há ainda mais conclusões a serem tomadas a respeito disso, falando especificamente da conexão do que foi mencionado com a crise de refugiados Rohingya, contudo é preciso discorrer sobre o porquê da manutenção da situação de crise e inflexibilidade do governo a respeito do tema.

Para Spykman, o entendimento completo do arcabouço geoestratégico vem com a relação que as nações têm com suas vantagens territoriais de seus recursos naturais importantes, como é o caso visto, uma região repleta de posicionamento favorável para transporte e uma abundante quantidade de recursos fósseis (SPYKMAN, 1944).

Agora que foi esclarecido a parte geográfica, se procede a parte do entendimento político da nação, das identidades dos agentes e da perseguição dos Rohingya.

2.2 A nação do Myanmar

A noção de Estado do Myanmar é relativamente nova, mas sua raiz no que é visto como identidade nacional é longínqua. País anteriormente colonizado pelos ingleses, é conhecido por sua beleza natural e arquitetura budista, a antiga Birmânia teve sua concepção feita por uma persistência na construção de um “Estado militar para a proteção da sua soberania, união e estabilidade” (STOKKE et al, 2018), são esses três pontos que servem de base para a compreensão de seus processos e buscas ao longo do tempo, produto de várias dinastias que remontam ao antigo reino Pagan, das etnias tibeto-birmanesas, no século XI. O país faz fronteira com o Bangladesh, China, Índia, Laos, Tailândia e pelo mar com o mar de Andamão e a Baía de Bengala. Sua capital, Naypyidaw, é uma cidade administrativa, similar em conceito a

Brasília, que serve de lar para o presidente, Win Myint o parlamento e a Conselheira Estatal Aung San Suu Kyi, que exerce um cargo relativo ao de primeira ministra, e é a *de facto* chefe de Estado (STOKKE et al, 2018).

A religião nacional é o Budismo Theravada que se destaca por suas escrituras serem escritas em Pali, e por possuírem afinidade ao sistema hierárquico dos monastérios, pois o papel do monge é de muita importância na sociedade mianmarenses, eles são considerados indivíduos corajosos que dedicam suas vidas à disciplina para atingir a iluminação e também servem como exemplos morais, fazendo com que haja um particularismo ético no que rege assuntos civis, tal fato se torna relevante quando é analisado o papel dos monges na eventual democratização (Revolução Açafrão) e na crise Rohingya (GIL, 2008).

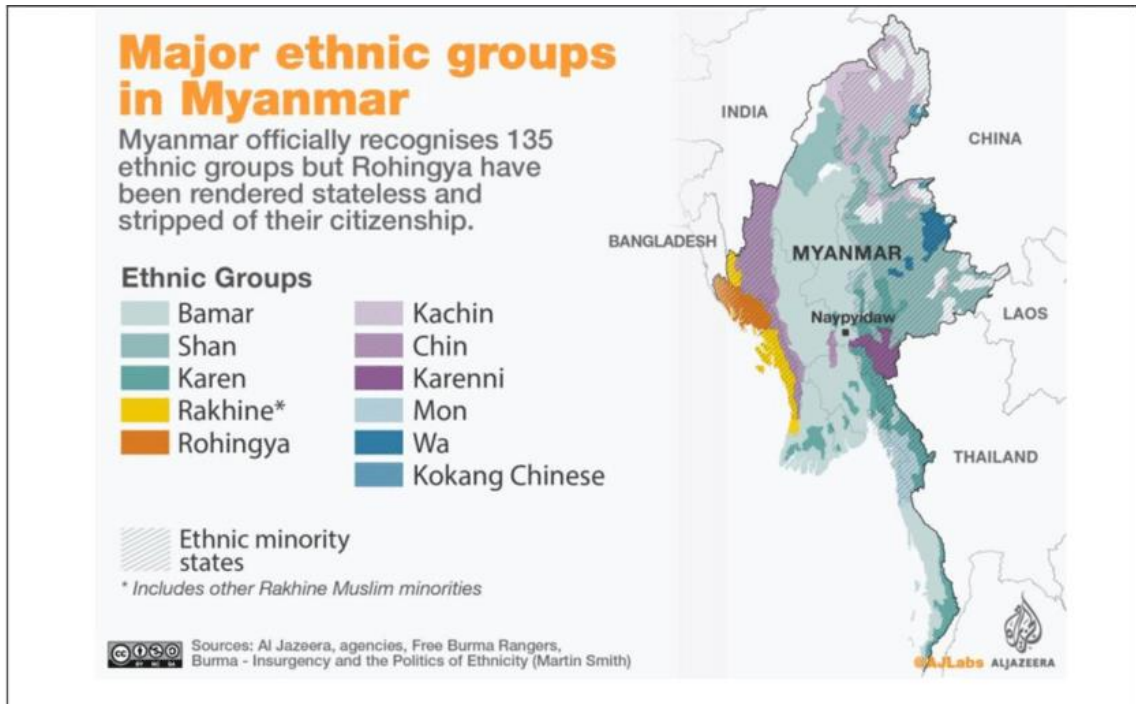
Um dos exemplos da dinâmica monge-população, é a Associação Patriótica do Myanmar (*Ma Ba Tha*), os autointitulados protetores do país são uma organização budista ultranacionalista composta por monges que ganhou má fama recentemente por incitar discursos de ódio contra os muçulmanos na cidade de Mandalay, eles foram responsáveis por inúmeros casos de tensões e protestos anti-muçulmanos e, apesar de sua retórica violenta, não causaram reação do governo, inclusive há instâncias de suspeitas de que o grupo é diretamente coordenado pela junta militar mianmarenses. Organizações como essa também são comuns em outros países do Budismo Theravada, como o Sri Lanka, onde houve a perseguição da minoria Tamil (majoritariamente hindu), ambas as situações de violência budista apresentam uma instância de particularismo da etnia e religião dominante (MCPHERSON, 2017).

Olhando mais perto para esse particularismo pode-se ver uma constante luta pela sobrevivência da doutrina em regiões extensas que apresentavam identidades culturais relativamente estáveis, proveniente de ondas de peregrinação e disseminação vindas da Índia, onde se espalhou por todo o sudeste asiático. Porém, agora que detêm o status hegemônico, é também uma religião que tende a marginalização de outras crenças que ameaçam seu domínio, de cultos indígenas aos muçulmanos, qualquer interferência em larga escala aos seus preceitos é respondido com opressões diretas e indiretas, de todas as camadas sociais e governamentais, e que segue um processo de aumento gradual com a indistinção da relação entre religião e cidadania, principalmente na modernidade, à medida que os governos vão adotando como religião nacional, como é o caso do Camboja, Myanmar e Sri Lanka (KEYES, 2016). O Budismo no Myanmar corresponde a 87% da população, seguido do Cristianismo com 6.2% e o Islã com 4.3% (KIERNER, 2012).

Contudo, os monges, que aproveitam do renome e status social elevado, não fogem de engajamento em movimentos políticos, houveram conflitos de busca por liberdade no tempo de alto militarização e controle, que foi o caso da Revolução Açafrão de 2007, portanto é possível os relacionar com uma classe de elite semiautônoma, que não necessariamente sempre está do lado do governo e que, inclusive, é o próprio governo que, agora, busca ter uma relação positiva com seu clero, que também compõem o corpo de alguns partidos políticos (KEYES, 2012). Essas relações entre política e religião está interligada com a noção nacional, esse fato não deve ser tratado com leveza, pois os acadêmicos mais citados das Ciências da Religião e das RI (principalmente os pós-coloniais), como Fitzgerald, entendem a indistinção entre religião e política, ambos como realidade ativa tanto nos indivíduos como nas nações (FITZGERALD, 2000).

Em relação as minorias, o Myanmar é bastante rico, contando com 135 grupos étnicos confirmados, fora alguns não confirmados como os Rohingyas. 68% são os birmaneses, representando a maioria geral e carregando a tocha da identidade etno-cultural, seguido de outros, também majoritariamente budistas, os Shan com 9%, os Karen com 7%, os nativos de Rakhine com 4%, Chineses com 3%, Indianos com 2%, Mon com 2%, e outros 5% restantes (KIERNER, 2012). Com tantas etnias não é de se surpreender que haja instabilidades com outras etnias que não os Rohingyas, as fronteiras do Myanmar são conhecidas por abrigarem certas organizações étnicas armadas, que formam milícias com o objetivo “de criarem alianças étnicas e engajar com o estado para que alcancem a autodeterminação e igualdade dentro do estado federal” (STOKKE et al, 2018).

Figura nº 3 – Mapa das etnias regionais do Myanmar



Fonte: Al Jazeera (<https://www.aljazeera.com/news/2017/10/28/rohingya-crisis-explained-in-maps/>). Acesso em 12 nov 2020.

Waltz, na sua principal tese, fala da importância de entender todos os aspectos políticos possíveis para uma análise justa, sua teoria dos três níveis de análise é vista aqui numa construção do Myanmar não só como um lugar, mas também um lugar em que pessoas vivem e fazem política, logo seguido da noção dos Rohingya e da comunidade internacional (WALTZ, 1979).

Como a nação já não estranha uma multiplicidade étnica, então questionar como a perseguição é tão intensa no caso dos Rohingyas é válido, mas deve-se aprender quem são os Rohingya e o que eles dizem a respeito da situação.

2.3 A identidade Rohingya

Como já foi dito, os laços que unem o Myanmar com a situação de crise vem de um processo específico perante a presença da minoria muçulmana dos aproximadamente 1,000,000 Rohingyas, tal processo pode ser efetivamente remontado até os anos 40, mas tem um histórico que pode ser argumentado como mais antigo. A origem do grupo étnico, cultural, linguístico e religioso Rohingya (SAHANA, 2019) em si é motivo de discussão, mas usando as evidências arqueológicas e literárias, ela é traçada a partir do século VIII, no reino de Arakan, o nome

antigo do que hoje é o estado de Rakhine, onde, entre os séculos XI e XIV, através de comerciantes árabes que viam do reino fronteiriço de Bengala, houve um lento processo de conversão de algumas parcelas da população ao Islã, consequentemente criando uma ligação entre Arakan e Bengala, em contraste às outras etnias e culturas, na sua maioria budista e hindu (YEGAR, 1972).

Para clarificar o quão distinto os Rohingya são dos seus semelhantes de Rakhine, os Rakhine-nativos iniciais que assentaram na região eram de um estoque hindu e mongol, remanescentes de migrações tibeto-birmanesas que falam o dialeto birmanês, e das invasões dos povos nômades, já os Rohingya encontrariam sua ancestralidade nos diversos povos muçulmanos como os bengaleses, persas, mugals e turcos, possuindo mais similaridades nas suas tradições e etimologias com os bengaleses da região de Chittagong, o que hoje é o sudeste de Bangladesh, este fato é importante para entender a reação extrema dos mianmarenses e sentimento de dissonância étnica (YEGAR, 1972).

Apesar das diferenças, o seu primeiro contato com violência direcionada foi séculos depois em 1784, no particularmente tirânico reinado de Bodapawpaya, um rei birmanês, que invadiu Rakhine e estabeleceu um intenso investimento no desenvolvimento religioso, sendo creditado a ele a construção de palácios e templos consagrados ao Budismo Theravada, que já ganhava terreno sólido desde o século XI, englobando os “outros budismos” e as crenças “pagãs” dos espíritos da natureza de influência hindu (GIL, 2008). Essa invasão culminou na anexação de Arakan ao trono das dinastias birmanesas e fez com que muitos Rohingya migrassem para o reino de Bengala, criando uma cidade própria, que atualmente é chamada de Cox Bazar em homenagem a um diplomata inglês (THWIN et al, 2012), essa cidade ainda serve de refúgio para os Rohingya, e é nela que estão presentes a maioria dos refugiados da crise. Mesmo com o fato de existirem violências tendo os Rohingya como alvo desde tão cedo, não é até o período pós-colonial que a cimentação da limpeza étnica é experienciada.

O antigo reino da Birmânia foi colônia do Império Britânico no século XIX, uma inserção movida por interesses estratégicos e geopolíticos de estabilidade regional, consequência direta da sanguinolenta campanha militar de expansão feita pelos reis birmaneses. Até sua independência, apesar do começo ter tido tensões populares, o período colonial da Birmânia gozou de certa paz e eram poucas as agressões entre as várias etnias diferentes. Isso mudou na Segunda Guerra Mundial quando o Japão invadiu e ocupou a região e, com a retirada dos ingleses, a maioria étnica dos birmaneses atacou a comunidade muçulmana pois julgaram

que eles foram muito favorecidos no tempo colonial, é importante considerar que a Birmânia tinha sido incluída na Índia Britânica (THWIN et al, 2012).

Os ingleses eventualmente retomaram o território perdido com a ajuda dos próprios Rohingya e de outros militantes nacionalistas, foi firmado um acordo entre os ingleses e os Rohingya, que prometia fazer a região de Arakan uma nação independente para poderem exercer sua identidade cultural e religiosa livremente, porém a coroa inglesa voltou atrás e concedeu a eles fazerem parte de uma nova nação (Birmânia) em 1948, como moradores de uma província, o que gerou grande ressentimento (NOBRE, 2017).

No quesito de pertencimento e mérito de existência no território do Myanmar, os Rohingya se posicionam com o argumento de que estão lá a centenas de anos, independente dos vários poderes diferentes que dominaram a área, logo pertencem aos limites geográficos estabelecidos na criação do Estado, e que deveriam ter direitos completos como cidadãos, porém, como Ibrahim coloca:

Uma parte central da narrativa tecida pelo exército, extremistas étnicos, fundamentalistas budistas e a Liga Nacional para a Democracia, é que os Rohingya não têm direito de estar no país. De tempos em tempos é escrito que são ‘‘bengaleses’’ e que deveriam viver no seu país – Bangladesh. Esse argumento é amplamente acreditado no Myanmar e é uma das razões do porquê da perseguição dos Rohingya ser muito pior do que a de outras minorias étnicas (IBRAHIM, 2016, p.3-4).

Mesmo com os argumentos inegáveis em favor a seu caso, em conjunto com o fator da contínua presença dos Rohingya em Rakhine até antes do período colonial britânico, não é o suficiente para as autoridades e a população do Myanmar, que estão ligados a interesses de união identitária, orgulho nacional e xenofobia, aparentemente sem desejo de engajar em diálogos.

2.4 A(s) crises(s)

A crítica dos Rohingya em relação a não criação de um Estado independente para eles apenas serviu para gerar um grande distanciamento à medida que sua posição pendia para a rebeldia, por conta disso o governo começou a ativamente oprimi-los.

Em 1962 o Partido do Programa Socialista Birmanês tomou controle do governo e continuou com a mesma agenda de opressão, lançando em 1977 a *Operation Dragon King*, que

tinha o objetivo de expulsar os Rohingya do país, aproximadamente 200,000 migraram forçadamente para Bangladesh, alegando sofrerem de maus tratos, coisa que o exército negou. Também, em 1982, por conta da Lei da Cidadania e em 1991, contando o total de três vezes que o governo e o exército, através de movimentos jurídicos e pressões militares, tentaram expulsar os Rohingya, cada movimento com sua própria onda de migração para o Bangladesh, e repatriação de volta para Rakhine (YEGAR, 2002).

A Lei da Cidadania de 1982 foi particularmente danosa no sentido de tornar os Rohingya oficialmente apátridas, basicamente a lei diz que existem três tipos de cidadãos, os “Cidadãos completos”, os “Associados” e os “Naturalizados”, respectivamente, os que fazem parte de uma das 135 “raças” nacionais que se assentaram na região antes de 1823, os que se aplicaram para cidadania em 1948, e os que possuem evidência conclusiva de que os pais ou filhos do indivíduo chegaram e viveram no Myanmar antes da independência de 1948, além de poderem falar uma das línguas oficiais do país. Os Rohingya em particular têm dificuldade em se encaixar em uma dessas opções, podendo levar a consideração de que a criação dessa lei foi impulsionada pelo objetivo de atingi-los diretamente (SAHANA, 2019).

Em tempos recentes destaca-se o processo de democratização, a eventual vitória da Liga Nacional para Democracia, partido liderado pela ganhadora do Prêmio Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, em 2011 (criação da República da União de Myanmar), apoiado pelos estudantes e monges que participaram da Revolução Açafrão e que supostamente teriam ideais democráticos, ainda mantinham os Rohingya marginalizados. Logo em 2012 houve mais um conflito violento onde três muçulmanos Rohingya estupraram e assassinaram uma budista da etnia Rakhine-nativa, isso instigou uma multidão que prontamente clamaram 10 vítimas que não eram Rohingya mas eram muçulmanos, as repercussões desses atos foram em sua maioria internas, de acordo com a ACNUR, apenas pouco mais de 80 mil Rohingya fugiram de Rakhine e houveram tentativas de apaziguar a lei de cidadania em favor aos refugiados, porém todos os processos foram adiados em 2016 (SAHANA, 2019).

E foi nesse contexto que a *de facto* crise de refugiados tomou lugar, quando, em 2017, um grupo armado autointitulado de Exército da Salvação Arakanês Rohingya fez ataques a postos de segurança, matando oficiais do exército que, conseqüentemente, lançou a *Operation Clearance*, o resultado disso foi a fuga de mais de 700,000 Rohingya devido a brutalidade da operação, a maior migração em massa de todas na história de Rakhine e uma grande

complicação para os países fronteiriços, principalmente Bangladesh que recebeu a esmagadora maioria dos refugiados, em Cox Bazar (ALBERT, 2020).

Tal atitude, de acordo com Mann, é comum em casos de limpeza étnica, onde normalmente em uma situação bi étnica, há a reivindicação embasadas em experiências histórias de ambas as etnias em conflito, causando uma discordância geral, exacerbada pela intensidade política. A consequência disso seria a crença, vinda da etnia mais poderosa, de que ela possuiria tanta superioridade militar e de legitimação, que poderiam fazer uma erradicação da outra etnia de maneira que seria moralmente não danosa. Concomitantemente, se limpeza étnica é “a expulsão de uma população não desejada de um território específico por motivos de discriminação étnica ou religiosa, de considerações políticas, estratégicas ou ideológicas, ou alguma combinação disso ” (BELL-FIALKOFF, 1993), então o que aconteceu no estado de Rakhine, assim declarado pela ONU, foi um “caso clássico de limpeza étnica” (ALBERT, 2020).

A reação da comunidade internacional, junto com o que países como os Estados Unidos e o Reino Unido tinham feito nos tempos da ditadura socialista e as repressões contra a democracia, respondeu com críticas na ONU, também houve auxílio humanitário nos campos de refugiados em Cox Bazar, porém apenas uma resolução da Assembleia Geral foi aprovada, condenando os atos do governo e exército de Myanmar, e nenhuma resolução do Conselho de Segurança, apesar de haverem tentativas, portanto, é confiável dizer que a comunidade internacional demonstrou relutância em agir de maneira unânime. Na incapacidade de agir pelas Nações Unidas, alguns países do bloco ocidental impõem sanções nas importações e exportações, para o detrimento da economia mianmarenses, que era acostumada a vender arroz, madeira e pedras preciosas, e que também é a que tem mais dificuldade de se estabelecer no mercado mundial do sudeste asiático (YHOME, 2019).

As sanções, majoritariamente relacionadas a infração dos Direitos Humanos, cobriram (e cobrem) a maior parte dos empecilhos que colocam o Myanmar numa situação de busca de investimentos locais, para elucidar um pouco mais, muitas das sanções impostas no período da ditadura socialista já foram retiradas (com algumas exceções, como o embargo de armas da União Europeia), mas prejudicaram bastante a inserção comercial em tempos conturbados para haver algumas espécie de recuperação, deixando os birmaneses suficientemente impossibilitados de mudar completamente a progressão de tentativa de se aproximar ao ocidente (ALBERT, 2020). Agora as sanções foram retomadas com a iniciativa dos EUA, que atingiu as

contas bancárias de vários oficiais do exército birmanês diretamente envolvidos na perseguição dos Rohingya, muitos desses oficiais sendo membros de alto escalão dentro do governo. Com isso houve uma retomada nas sanções econômicas com a Austrália e o Canadá reduzindo drasticamente o comércio direto com o Myanmar. Tal retaliação não apenas veio de nações e da ONU, mas também de outras instituições como a Anistia Internacional, *Human Rights Watch*, organizações não-governamentais como a *Equal Rights Trust*, *Fortify Rights*, dentre outras. A resposta birmanesa foi argumentar que a comunidade internacional é preconceituosa e está enviesada contra os interesses internos da nação, procurando prejudicá-los ativamente (SIFTON, 2019).

Levando tudo isso em consideração, de fato, o Myanmar sofre com as sanções, mas, mesmo assim tem capacidade de superá-las, o seu papel na ASEAN ainda permanece intacto por causa da relutância de entrarem em séria discussão, apesar de possuírem uma Carta de Direitos Humanos pronta. Para muitos isso é indicativo de uma geral falta, que as nações do sudeste asiático têm, de interesse em aplicarem um modelo justo nos olhos do bloco ocidental, para outros isso aponta para a influência de um maior agente que estaria os prendendo nessa retórica (MYA, 2005).

No caso do Myanmar, em termos de RI, que é um país que possui uma baixíssima taxa de qualidade de vida, que a economia é quase que completamente dependente das nações fronteiriças, e que passou por várias instabilidade sociais, mesmo mantendo o exército como fator influente (KIERNER, 2012), o seu real poder coercitivo é insuficiente para corroborar suas demandas em relação a crise, dentro do meio internacional, as sanções dos países centrais apenas servem para alimentar a sua margem de manobras econômicas e diplomáticas, portanto, para entender a complexidade do que rege a situação geopolítica de Myanmar na Baía de Bengala, e conseqüentemente a crise de refugiados Rohingya, deve-se olhar para seus parceiros comerciais, em especial, a sua maior parceira, a República Popular da China e seus interesses.

3. OS PLANOS DA CHINA PARA O MYANMAR

3.1 Amizades situacionais

Ao debruçar sobre o Myanmar recentemente, não escapa de vista as suas interações com as grandes potências hegemônicas e sua tentativa de manter uma imagem relativamente positiva, nos anos posteriores a sua colonização, foi muito prolixo em sua diplomacia com as nações europeias, incluindo a Inglaterra. Essa tendência ainda é presente, porém depois das sanções econômicas dos anos de ditadura e de sua atitude perante as minorias étnicas (como os Rohingya), já não se via com margem de manobra para engajar diretamente com tais potências ocidentais, que criticavam pesadamente sua política doméstica, era necessário uma outra alternativa e a China, com que havia relações cada vez mais amigáveis, se posicionou.

A relação China-Myanmar é atualmente amistosa, ambos assinaram um tratado de não-agressão em 1960, mas eles tiveram suas desavenças dos anos 60 a 78 com o apoio do governo chinês ao Partido Comunista Birmanês, que competia com o governo central por influência, ocasionando na eventual formação de grupos étnicos armados nas regiões de Kachin, Shan, Wa e Kokang, todos favorecendo mais o sentimento anti-Myanmar e de identidade étnica ao invés da ideologia comunista, depois disso, nos anos 80, as relações Myanmar-China estavam em baixa (MIZUNO, 2019). Quando a China engajou com sua política de abertura internacional e econômica, um novo momento de empatia surgiu quando, ao mesmo tempo, ambas as nações reprimiam brutalmente sua população, o Myanmar suprimindo os protestos pró-democráticos, e a China com o “Massacre de Tiananmen”, onde o exército abriu fogo contra estudantes que também protestavam, em 1989 (KUDO, 2016).

O isolamento resultante da retaliação da comunidade internacional em relação a esses atos foi essencial para a aproximação da China com o Myanmar, e já nos anos 90 o governo birmanês, em conjunto com parte da classe das elites e o exército, decide se aproximar da democracia. Muitos analistas dizem que a decisão foi influenciada pela pressão interna e da crescente presença chinesa, argumentando que um governo democrático os permitiria se aproximar do bloco ocidental, e buscar investimentos com as outras grandes potências (KUDO, 2016).

Vale salientar que a democracia mianmarese não corresponde diretamente ao que está pautado nas democracias ocidentais, principalmente no quesito dos Direitos Humanos, já se foi

visto como os outros países da ASEAN que, em seu exercício de poder, desrespeitaram os ditames dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos, tendo poucas reais consequências entre si, isso em conjunto com o histórico chinês, como Li menciona, mesmo com a dependência do comércio exterior e do investimento estrangeiro, a China ainda não adotara princípios democráticos na sua constituição ou nas suas políticas diretas, esse tipo de aproximação identitária com outras nações que muitas vezes fazem papel de antagonistas do bloco ocidental serviu de grande motivo ideológico para o que se vê na sua relação com o Myanmar (KUDO, 2016), ainda considerando tentativas de democratização do país após regimes autoritários, doravante, basta olhar na direção dos Rohingya e do ACNUR, pois como Castells enfatiza “O relacionamento entre o Estado e a sociedade civil é o ponto central da democracia” (CASTELLS, 2008). Com esses fatos em mente, pode-se chegar à conclusão de que houve uma aproximação ideológica entre o Myanmar e a China no que consta uma conturbada relação com os Direitos Humanos, isso os aproximou tanto que, como enfatiza Kudo:

Myanmar e China se chamam de “*Paukphaw*”, uma palavra mianmarese para irmãos. A palavra “*Paukphaw*” não é usada para nenhuma outra nação estrangeira se não a China, refletindo o seu relacionamento próximo e cordial. Para o Myanmar, a China segue sendo historicamente o seu vizinho mais importante, compartilhando a fronteira mais longa de 1384 milhas. Depois do Myanmar ganhar sua independência em 1948, ele deu boas-vindas ao nascimento da República Popular da China no ano seguinte. A relação China-Myanmar foi prometida dentro dos cinco princípios de coexistência pacífica, incluindo um respeito mútuo pela integridade territorial, soberania e não-agressão mútua (KUDO, 2006, p. 3).

Mas entender o relacionamento diplomático entre as duas nações não é suficiente para processar o panorama completo do que fundamenta esse projeto, pois não é apenas na área ideológica e dos Direitos Humanos que se torna evidente o relacionamento Myanmar-China, na verdade, para entender a relação geopolítica, não é nem o maior trunfo, quem possui esse mérito são os casos de segurança fronteiriça, com o advento de grupos subnacionais armados e as relações econômicas e comerciais.

3.2 Intervenção chinesa em conflitos étnicos

O Myanmar é o país Sul-Asiático que mais lida com Organizações Étnicas Armadas (OEA), portanto a sua dinâmica no quesito de conflitos subnacionais é extremamente variada, a ponto de qualquer tipologia ou classificação clara gerar tantas exceções quanto regras. Os

níveis de violência variam ao longo do tempo e de um lugar para outro. Em 2005-2006, os combates mais intensos ocorreram em partes do sudeste de Myanmar, especialmente em áreas onde a União Nacional Karen estava ativa, e no sul do Estado de Shan. Em contraste, o estado de Kachin, no Norte, era consideravelmente quieto. Na década vindoura, a situação muda e um conflito violento entre as forças armadas do governo e uma aliança de quatro OEAs dominou o norte do país, enquanto a União Nacional Karen participava de processos de paz (YHOME, 2019).

No caso do estado de Rakhine, as raízes da violência residem não apenas na violência comunal, discriminação política e severas medidas de segurança do governo, mas também nas reivindicações subnacionais dos OEAs para governar o território e contestar a autoridade do *Tatmadaw*. Como em outras partes do país, a luta dos grupos étnicos armados, partidos políticos locais e ativistas locais em Rakhine é principalmente contra a exploração percebida e a má-governança por parte do governo central. O medo e a animosidade entre grupos étnicos locais são particularmente fortes nessa região, como visto, mas também são encontrados em outras áreas afetadas por conflitos subnacionais. Os líderes políticos de Rakhine temem que a presença de uma grande minoria muçulmana frustrasse suas ambições de longo prazo por ter maior autonomia. Eles podem apontar reivindicações territoriais separatistas por muçulmanos nas partes do norte do estado, onde os Rohingya constituem a maioria da população. Essas reivindicações datam da década de 1950, quando os separatistas de Rakhine também buscavam o controle territorial (YHOME, 2019).

O governo do Myanmar suprimiu dois grupos armados existentes, logo o sentimento antimuçulmano em todo o país ocorreu ao lado de tensões no estado de Rakhine e gerou espaço para os ativistas de Rakhine perseguirem seus objetivos, às vezes por meios violentos. O ambiente tenso foi útil para alguns líderes que queriam garantir que suas reivindicações de maior autonomia, agora pelo menos parcialmente atingível por meio das urnas, não fossem diluídas pelos votos dos muçulmanos. Esforços nacionais ou internacionais para estender a cidadania e os direitos de voto, ou mesmo para reconhecer o termo Rohingya, ainda encontram uma resposta veementemente negativa de muitos líderes e seus simpatizantes (STOKKE, 2018).

No meio internacional, o Myanmar manteve vínculos mais próximos com os países vizinhos, especialmente a China, e ingressou na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 1997 (MYA, 2005). A partir de 2011, o presidente Thein Sein tentou afastar o

Myanmar de uma possível dependência da China e cortejou com sucesso os governos ocidentais. Após a vitória eleitoral da Liga Nacional para a Democracia, a Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi procurou manter boas relações com a crescente hegemonia regional e visitou Pequim antes de viajar para os Estados Unidos. O governo chinês, em contrapartida, manteve relações militares estreitas com o exército e tem um interesse estratégico em manter Myanmar como parceiro (STOKKE, 2018).

É de se considerar a extensão dos interesses da China em Myanmar, no contexto de conflitos étnicos nas fronteiras, pois estes poderiam estar alinhados com seus interesses estratégicos de longo prazo. Um dos objetivos políticos frequentemente declarados da China em Myanmar, por exemplo, é a “estabilidade de fronteira”. Isso também não evita que o Myanmar há muito tempo suspeita do papel da China em seus conflitos subnacionais, onde fortes grupos étnicos armados têm profundos vínculos históricos, culturais e econômicos com a China, especialmente com sua província de Yunnan, sem litoral. A instabilidade nas regiões de fronteira compartilhada cria dois desafios estratégicos importantes para a China. As fronteiras mais diretamente ligadas a China são habitadas por grupos que compartilham afinidades culturais, respectivamente, os Kachin em Myanmar e os Jinphos na China, que são da mesma origem étnica. De qualquer forma, os Wa, outra etnia, são encontrados em ambos os lados, enquanto os Kokang são da etnia Han chinesa e falam mandarim. Dadas essas ligações étnicas, uma preocupação crítica para a China é o potencial de conflitos transbordando para o seu lado da fronteira (YHOME, 2019).

Os conflitos subnacionais, especialmente aqueles próximos à fronteira da China, representam um desafio político significativo. Além de seus vínculos com o *Tatmadaw*, o governo chinês continua a administrar relacionamentos de longo prazo com as OEAs ao longo da fronteira comum. Estes variam de fundos doados por poderosos indivíduos chineses ao fornecimento de armamento pesado. Embora a presença armada de OEAs crie uma *buffer-zone* útil e apresente oportunidades para alavancagem política, a China também está preocupada com a violência prolongada que prejudica o comércio e corre o risco de espalhar instabilidade. A China apoiou os processos de paz de Myanmar com fundos e diplomacia, reconhecendo que o progresso provavelmente será lento. As autoridades chinesas também intermediaram conversas informais para encerrar as hostilidades imediatas e pressionaram as Organizações Armadas Étnicas a participarem do diálogo formal de paz (YHOME, 2019).

Essas atitudes da China apresentam um desejo forte de manter suas fronteiras seguras, como as exportações de gás natural para a China fornecem ao governo de Myanmar cerca de 15-20% de suas receitas, combinado com a perseverança que seguem em manter tais fronteiras controladas, seja no Myanmar, ou em outras fronteiras, a China é o ator estrangeiro mais influente nos processos de paz. Como um vizinho próximo com laços complexos em áreas de fronteira, o papel do gigante vermelho é multifacetado. O governo chinês apoiou os esforços para encorajar mais OEAs a assinar tratados de não-agressão e pressionou o *Tatmadaw* para permitir a participação de grupos proibidos. O governo da China também patrocinou e financiou negociações de paz e, em 2017, providenciou para que vários líderes das OEAs que não assinaram os tratados de paz voassem de Kunming para Naypyidaw em um avião chinês para que pudessem participar da Conferência de Paz da União de Panglong (YHOME, 2019).

No âmbito do bloco ocidental, especialmente os EUA, União Europeia e as Nações Unidas em geral, oferecem diversos apoios para promover a paz, mas desempenham um papel político relativamente pequeno. Sua influência sobre os eventos em Myanmar é limitada, especialmente porque o governo alcançou ampla aceitação diplomática e pode se posicionar por conta própria na arena internacional, fazendo com que a situação gere desafios para as organizações internacionais que buscam promover a paz. Há uma falta de reconhecimento de que a promoção da paz é um esforço de longo prazo e que se deve ter a flexibilidade para se adaptar a circunstâncias políticas complexas, em rápida mudança, sobre as quais têm pouco controle (SIFTON, 2019).

Concomitantemente, a China não interferiu na questão Rohingya até as acusações de genocídio em 2017, quando o novo êxodo de refugiados chegou ao vizinho Bangladesh, criando tensão entre os dois países, foi lá que a China se ofereceu para mediar. Foi rejeitada por Myanmar, tendo Zaw Htay, porta-voz do Gabinete do Conselheiro de Estado, proclamando que “a política (do Myanmar) é resolver (o problema Rohingya) bilateralmente”. Mesmo que a China não pudesse desempenhar o papel de um mediador, ela intensificou seu papel no apoio a Myanmar (ZHOU, 2017).

Em 6 de novembro, a China se recusou a negociar uma resolução potencial do Conselho de Segurança sobre o tratamento da crise de Rohingya, alegando que a declaração adotada não tinha “referências à apatridia e cidadania para os Rohingya e uma missão de investigação da ONU já tinha sido removida, enquanto o pedido de um conselheiro especial no Myanmar foi esquecido”. Em 19 de novembro, a China também propôs um plano de três pontos que envolvia

um cessar-fogo e repatriação de refugiados Rohingya, focando no desenvolvimento econômico no estado de Rakhine, e estimulou a comunidade internacional a concentrar-se no investimento do estado durante a visita do Ministro das Relações Exteriores chinês Wang Yi (ZHOU, 2017).

Vale salientar que durante esta visita, Wang Yi também anunciou planos para um Corredor Econômico China-Myanmar, que se estenderia de Yunnan via Mandalay a Kyaukpkyu e Yangon, isso será analisado com mais detalhe adiante e é um importante fator na construção da relação dos dois países.

Considerando a crise dos Rohingya, a posição da China tem três aspectos: a soberania e a integridade territorial de Myanmar, envolvimento mínimo da comunidade internacional no processo de reconciliação nacional e a comunidade internacional deve facilitar o diálogo com o Bangladesh (RAHUL, 2018). Em agosto de 2018, quando um relatório da ONU solicitou que o Conselho de Segurança impusesse mais um embargo de armas a Myanmar, sujeitar seus membros das elites políticas a sanções específicas e criar um tribunal ad hoc para julgar suspeitos ou encaminhá-los ao Tribunal Penal Internacional em Haia, a China assumiu que qualquer crítica unilateral ou pressão exercida não é útil para resolver o problema. Em dezembro, a China, junto com a Rússia, boicotou a discussão sobre uma resolução redigida pelo Reino Unido que visava pressionar Myanmar a trabalhar com as Nações Unidas para lidar com a crise ou então sofrer com mais sanções (SIFTON, 2018).

A que tudo indica, a intervenção da China nos conflitos internos do Myanmar é motivada não apenas por suas preocupações sobre um potencial efeito de contágio dos conflitos, nem pela necessidade de responder à pressão interna, mas pelos seus interesses geoestratégicos.

Retomando a noção de Waltz do Realismo Defensivo (WALTZ, 1979) são justamente esses interesses que movem as nações a agirem direta ou indiretamente e, no caso, ao construir uma relação positiva com o governo mianmarenses a China, seja pressionando os grupos armados étnicos para se juntarem à iniciativa de paz do governo de Myanmar, especialmente desde que o governo da Liga Nacional para a Democracia chegou ao poder em 2016, ou alinhando sua posição com o governo no caso da crise de Rohingya, a China aparenta buscar alianças que juntem ambos utilidade e conveniência (CHAUDURY, 2016).

3.3 One Belt One Road Initiative

O grande interesse geoestratégico da China no Myanmar pode ser entendido como consequência de um imenso projeto do governo chinês, chamado de *One Belt One Road Initiative*, visto o interesse estratégico de buscar e preservar o acesso ao Oceano Índico, onde Myanmar é visto como uma ponte terrestre. A instabilidade ao longo das fronteiras cria obstáculos na implementação harmoniosa dos megaprojetos de infraestrutura da China, que incluem rodovias, ferrovias e dutos de energia como parte de sua enorme *Belt and Road Initiative*. Parte desse plano é a construção de oleodutos e gasodutos China-Myanmar que conectam o estado de Rakhine, na costa da Baía de Bengala, e a capital da província chinesa de Yunnan, Kunming, para que transportam energia importada da Baía de Bengala, Ásia Ocidental e África para o interior da China (XINHUA, 2018).

O comércio terrestre através das fronteiras entre a China e Myanmar compreende mais da metade do comércio bilateral de 11 bilhões de dólares. O comércio transfronteiriço com Myanmar é vital para a província de Yunnan, e o Myanmar compartilha uma fronteira terrestre de 2.204 km com a província chinesa e a Região Autônoma do Tibete. Destes Yunnan compartilha 1.997 km, tornando-se um jogador importante na política de Myanmar na China. O fato acima é frequentemente destacado em discussões sobre os interesses estratégicos da China no Myanmar, por completo, e com razão (XINHUA, 2018).

O projeto em si, o OBOR, se caracteriza e se forma quando o presidente chinês se comprometeu com um fundo de 40 bilhões de dólares para o desenvolvimento de infraestruturas entre as nações do Cinturão Econômico da Rota da Seda em 2013, ano central da pesquisa, que envolvem a revitalização da antiga Rota da Seda entre a China e a Europa via Afeganistão e Ásia Central, além de ligar o Corredor Bangladesh-China-Índia-Myanmar (BCIM) e Corredor Econômico China-Paquistão. A China prevê um corredor econômico ligando sua província de Yunnan, no sudoeste de Myanmar, a Calcutá, como um segmento-chave de um cinturão econômico na, autointitulada, Rota da Seda terrestre, e também planeja aumentar os laços com cidades portuárias, como Chennai, por meio de uma Rota da Seda Marítima, começando na província de Fujian, passando pelo Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo Pérsico (RAHUL, 2018).

A China também desempenha um papel de liderança no Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), uma instituição financeira internacional para promover o desenvolvimento econômico da Ásia e a criação de riqueza e interconectividade de infraestrutura por meio de investimentos e campos produtivos (MIZUNO, 2016).

Em relação à proposta da Rota da Seda Marítima do século 21, para o Myanmar, foi considerado que a rota poderia desempenhar um papel importante no desenvolvimento do país, trazendo novas oportunidades econômicas para o Estado e seu povo. O Myanmar também se comprometeu a cooperar nesses setores e assinou acordos com a China, incluindo um sobre Cooperação Econômica e Tecnológica Bilateral no âmbito do BCIM (RAHUL, 2018).

Embora o OBOR tenha muito potencial, existem várias dificuldades e problemas para atingir os objetivos. Ainda é caracterizado pela pobreza relativa no sudoeste da China, no nordeste da Índia e no próprio Myanmar. Ainda não houve nenhuma reflexão sobre como os programas existentes de desenvolvimento da área de fronteira poderiam ser coordenados para fornecer melhores serviços básicos e proteção social para os proprietários de fronteira em ambos os lados. As políticas atuais que permitem o chamado comércio fronteiriço são prejudicadas por restrições burocráticas, bem como por infraestruturas e instituições financeiras inadequadas (RAHUL, 2018).

Portanto, o ambiente de segurança é um dos principais fatores negativos que inibem a realização bem-sucedida do OBOR. Como as áreas de fronteira são caracterizadas pela pobreza, divisão étnica e colisão e crimes transnacionais galopantes, é necessário acelerar a cooperação na construção de redes ferroviárias e rodoviárias, centros logísticos, parques industriais e desenvolvimento de áreas cênicas, bem como na resolução de desafios de segurança ao longo do fronteiras. Isso entra em direta correlação com a atitude da China na intervenção étnica no Myanmar, e consequentemente, na crise de refugiados Rohingya (YHOME, 2016).

Com esse projeto de tamanho alcance, a China angaria o medo e respeito de várias nações, os EUA estão especialmente cuidadosos com esses planos, já que representam uma planificação e estruturação de vários fatores que constroem hegemonias regionais, e a geração dos resultados econômicos e comerciais resultaria em um fluxo intenso de poder e controle das várias nações menos desenvolvidas que inevitavelmente se aliariam a China, mesmo que com laços incertos, portanto a China caminha cada vez mais rapidamente ao domínio da *Rimland* mundial, como previu Spykman (SPYKMAN, 1944).

O Myanmar, em si não é inconsciente dessa situação e da crescente posição dele como mais uma das nações-cliente chinesas, porém o setor de energia tem um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento econômico mianmareense e na sua importância geoestratégica. Países vizinhos como a Índia, Tailândia e até mesmo a própria China enfrentam

dependências de importação e aumentos projetados na demanda de energia para acompanhar o crescimento econômico. E são gás e petróleo os principais componente energéticos, que o Myanmar possui em quantidades consideráveis (YHOME, 2016).

Justamente por este fato é que foi construído um Gasoduto e Oleoduto de Kyaukphyu a Kunming na China, no novo, autointitulado, Corredor Myanmar-China, eles foram inaugurados em 2013 e trarão suprimentos muito necessários (BLOOMBERG, 2017). O ano de 2013 foi o ano em que tanto o OBOR quanto o Corredor foram criados, por isso a sua presença no título desta tese como a data central da argumentação da pergunta da tese, e de todo o arcabouço referencial e teórico que surge por consequência. A maquinação do lado chinês nesta data específica traz em mente o quão contemporâneo esse estudo é e como tudo isso está interligado com os problemas geográficos e étnicos da região.

A localização dessas construções e da posição dos canos de transporte e rodovias instaladas traz a possibilidade de uma comparação com o que Mackinder diz, que a posição estratégica dos projetos de um país é negativa ou positivamente importante na manobra de seu interesse nacional, especialmente no quesito de localização geográfica entre uma potência emergente e uma potência ascendente, positivamente podendo obter oportunidades econômicas ao enfrentar incertezas espalhadas por vizinhos rivais em ascensão, como é o exemplo da maioria dos países da Ásia quando ela foi conectada por meio da Rede de Rodovias Asiáticas e da Rede Ferroviária Trans asiática, que beneficiara países costeiros e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (MACKINDER, 1904).

Figura nº 4 – Mapa do Oleoduto Myanmar-China



Fonte: South China Morning Post

(<https://www.scmp.com/news/china/economy/article/2086837/myanmar-pipeline-gives-china-faster-supply-oil-middle-east>). Acesso em 27 nov 2020.

O Myanmar é agora considerado um destino emergente para empresas por causa de sua localização geográfica estratégica no extremo sul da península da Indochina, ele possui um importante posicionamento no Oceano Índico e na Baía de Bengala, para o acesso ao mercado das províncias não-litorâneas do sudoeste da China, e também como uma definitiva porta de entrada para o Indo-Pacífico, se tornando um corredor comercial para os dois gigantes vizinhos (China e Índia).

CONCLUSÕES FINAIS:

Por fim, mesmo considerando a qualidade de vida dos refugiados Rohingya, existem condições que não permitem uma ação mais direta das nações e das instituições em demasia, tais condições estão ligadas a grandes movimentos comerciais estratégicos, competição das potências locais entre si e interesse nos recursos do Myanmar, fazendo com que o próprio país prefira continuar investindo em sua retórica nacionalista por pura conveniência, visto a posição, agora favorável, das suas alianças, “dançando” diplomaticamente e aguentando a retaliação mundial que critica fortemente suas ações. Os Rohingya provavelmente têm um futuro difícil a frente com a incapacidade do governo mianmarenses de tomar responsabilidade perante a limpeza étnica e a identificação correta do povo da etnia, além da presença chinesa, que se mantém na defesa de suas ligações comerciais.

A China, por sua vez, fez uma verdadeira jogada de mestre ao colocar o Myanmar nessa posição, a que tudo indica pelos estudos feitos, o Myanmar como acesso direto para o Golfo Pérsico através da Baía de Bengala (sem falar dos próprios recursos fósseis naturais prontos para serem explorados) e facilitador do projeto da Nova Rota da Seda com a abertura para a construção do gasoduto e oleoduto, provou ser uma peça valiosa demais para deixar ser independente e se aproximar das potências ocidentais, portanto, na sua ambição de ser o grande poder hegemônico do oriente, dominador da *Rimland* e, por consequência, futura super potência mundial, a República Popular da China estrategicamente se utilizou da instabilidade político-social vinda dos choques entre a identidade étnico-religiosa nacional e os Rohingya para gerar uma espécie de completa dependência econômica do Myanmar para com ela e seus projetos.

O uso da comunidade internacional para alcançar esses meios foi especialmente inteligente, ao negar as resoluções da ONU sobre a crise de refugiados não houve possibilidade de uma recuperação moral da parte do Myanmar, que ainda permanece teimoso em relação a cidadania Rohingya, enquanto isso centenas de milhares de refugiados no Bangladesh, e outros países, sofrem com uma qualidade precária de vida, com casos de violência, crime e estupros nos campos de refugiados e na cidade de Cox's Bazar.

Com isso, o desejo de Pequim é minimizar o papel de outras potências externas no processo de paz, especialmente os EUA. A instabilidade da fronteira envolvendo conflitos militarizados atrai atores externos em seu quintal, à medida que questões de abusos de direitos humanos e crises de refugiados dão às agências humanitárias internacionais acesso às áreas

afetadas. A recusa da China em endossar uma investigação liderada pela ONU sobre a crise dos Rohingya também garante que uma ação coordenada liderada pelo Ocidente não ocorra na porta dela.

Os refugiados, de fato, foram usados para manter o Myanmar demonizado e sancionado pelo bloco ocidental, fazendo com que não tenham outra opção a não ser compactuar com os planos chineses, que convenientemente se apresentam como a solução de todos os problemas, oferecendo uma continuação das exportações principais dos recursos mianmarenses, além de servir de rota de petróleo e gás natural, essencialmente salvando a economia de um eventual colapso completo, reduzindo o já mais pobre país do Sul-Asiático a uma nação-estado do gigante chinês.

Portanto, a resposta de como a geopolítica da Baía de Bengala afeta a crise de refugiados Rohingya pode ser vista no processo de irresolução da crise perante a preciosidade dos recursos materiais e estratégicos da Baía de Bengala e o desejo de exploração desses recursos pela China, tudo isso interligado ao movimento de estabelecimento da hegemonia regional da China e das várias alianças comerciais entre os países da *Rimland* para com o maior poderio industrial e militar do extremo oriente.

A comunidade internacional também permanece relativamente inativa depois das tentativas de sanções e a aparição da China como agente importante, infelizmente a agenda tanto da ONU quanto da ACNUR está de mãos atadas, e o mundo em geral esquece cada vez mais as dificuldades dos refugiados Rohingya, a que tudo indica, a causa deles encontrará a obscuridade e seu assentamento no Bangladesh parece inevitável, mas mesmo assim há uma certa esperança, recentemente o Myanmar elegeu um deputado muçulmano para o Parlamento. Como ele faz parte do partido da famosa primeira-ministra, Aung San Suu Kyi, a Liga Nacional para a Democracia, ele promete lidar com a discriminação e falta de direitos contra as minorias oprimidas, isso pode ser um sinal de uma mudança dos tempos, porém, mesmo assim ele ainda é pesadamente criticado por uma parcela da população, nota-se os violentos monges nacionalistas, e muitos dizem que pode ser uma manobra política do partido dominante para suavizar a retaliação que veio com a perseguição dos Rohingya.

Em conclusão, esse assunto foi atualmente soterrado pela crise sistêmica de saúde ocasionada pelo COVID-19, é muito provável que será necessária mais ondas de violência brutal para chamar a atenção da mídia e da comunidade internacional a respeito do tema, e até

isso acontecer, os Rohingya continuarão não possuindo os devidos direitos de cidadania legítima, à medida que a China expande seu império regional e global.

A real oportunidade de escrever este projeto e de concluir o curso com uma pesquisa digna foi uma grande motivação no andar da monografia, as dificuldades que surgiram foram lentamente sendo resolvidas com estudo e determinação, as falhas estruturais e teóricas também foram mitigadas pelos conselhos da pré-banca e do professor da cadeira, com o consenso da orientadora, a parte da argumentação teórica e introdução de um recorte temporal foi especialmente difícil, pois, para o autor, tecer um texto como este usando como foco um curto período de tempo é impraticável e não representa todo o escopo temporal para a chegada da conclusão, talvez por inclinações pós-modernas esse tipo de rigidez estrutural não seja vista com agrado pessoal, porém a indignação sobre a situação dos Rohingya, a subversividade do assunto, a escassez de estudos asiáticos no Brasil sustentaram o andamento da pesquisa e o cuidado na escrita, tentando aliar a estrutura com o conteúdo.

Devido a característica de restrito nas pautas acadêmicas atuais, o tema Myanmar e os Rohingya merece ser estudado de forma completa, pois há o legítimo desejo por parte do autor de mais pesquisas sérias na área da Baía de Bengala e tudo que consta a sua geopolítica.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Eleanor; MAIZLAND, Lindsay (2020). **The Rohingya Crisis**. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/rohingya-crisis>. Council on Foreign Relations. Acesso em: 27 de ago 2020.

AMRITH, Sunil S. (2013). **The Bay of Bengal, in Peril From Climate Change**. New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/10/14/opinion/the-bay-of-bengal-in-peril-from-climate-change.html#:~:text=The%20bay%20was%20once%20a,population%20growth%https://www.nytimes.com/2013/10/14/opinion/the-bay-of-bengal-in-peril-from-climate-change.html#:~:text=The%20bay%20was%20once%20a,population%20growth%20and%20climate%20change.20and%20climate%20change>. Acesso em 27 ago 2020.

AMRITH, Sunil S. (2015). **Crossing the Bay of Bengal: The Furies of Nature and the Fortunes of Migrants**. Harvard University Press.

BELL-FIALKOFF, Andrew (1993). **A Brief History of Ethnic Cleansing**. Council of Foreign Relations.

BLOOMBERG (2017). **Myanmar Pipeline gives China faster supply of oil from the Middle East**. South China Morning Post. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/economy/article/2086837/myanmar-pipeline-gives-china-faster-supply-oil-middle-east>. Acesso em 18 nov 2020.

CASTELLS, Manuel (2008). **The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance**. The Annals of American Academy of Political and Social Science.

CHAUDURY, Anasua B. R.; BASU, Pratinashree (2016). **Meeting with China in the Bay of Bengal**. Journal of the Indian Ocean Region.

CHAUDURY, Anasua B. R. (2020). **Enhancing India-Bangladesh maritime connectivity in the Bay of Bengal: Possibilities and challenges.** Diplomatist. Disponível em: <https://diplomatist.com/2020/01/03/enhancing-india-bangladesh-maritime-connectivity-in-the-bay-of-bengal-possibilities-and-challenges/>. Acesso em: 27 de ago 2020.

DRAPER, Janet (2015). **Ethnography: principles, practice and potential.** Nursing Standard.
 FITZGERALD, Timothy (2000). **Religion and Politics in International Relations: The Myth.** Millenium.

GUANGCHENG, Xing (1998). **Security Issues in China's Relations with Central Asian States.** Palgrave Macmillan.

GIL, Sylwia (2008). **The Role of Monkhood in Contemporary Myanmar Society.** Friedrich-Ebert-Stiftung.

HUGHES, Lindsay (2014). **Examining the Sino-Indian Maritime Competition: India's Maritime Strategy.** Future Directions International.

IBRAHIM, Azeem (2016). **The Rohingyas: Inside Myanmar's Hidden Genocide.** Oxford University Press.

KABIR, Mohammad H.; AHMAD, Amamah (2015). **The Bay of Bengal: Next Theatre for Strategic Power Play in Asia.** Croatian International Relations Review.

KAPLAN, Robert D. (2013). **The Revenge of Geography: What the Maps Tells Us about Coming Conflicts and the Battle against Fate.** Random House Trade.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. (1977). **Power and Interdependence: World Politics in Transition.** Little, Brown & Co.

KEYES, Charles (2016). **Theravada Buddhism and Buddhist Nationalism: Sri Lanka, Myanmar, Cambodia, and Thailand.** The Review of Faith and International Affairs.

KIERNER R. (2012). **Myanmar's New Era, Will the military allow reforms to continue?** C. Q. Researcher.

KUDO, Toshihiro (2006). **Myanmar's Economic Relations with China: Can China Support the Myanmar Economy?** IDE Discussion Paper.

KUDO, Toshihiro (2016). **Myanmar's economic relations with China: who benefits and who pays?** National Graduate Institute for Policy Studies.

LI, Chenyang (2012). **China-Myanmar Comprehensive Strategic Cooperative Partnership: A Regional Threat?** Journal of Current Southeast Asian Affairs.

- MACKINDER, Halford (1904). **The Geographical Pivot of History**. Blackwell Publishing.
- MANN, Michael (2005). **The Dark Side of Democracy: Explaining Ethnic Cleansing**. Cambridge University Press.
- MARSHALL, Andrew R. C. (2012). **Special Report: Myanmar's Deep Mine of Old Troubles**. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-myanmar-reforms/special-report-myanmars-deep-mine-of-old-troubles-idUSBRE8BR02P20121228>. Acesso em 30 ago 2020.
- MCPHERSON, Poppy (2017). **'We must protect our country': extremist Buddhists target Mandalay's Muslims**. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2017/may/08/buddhist-extremists-anti-muslim-mandalay-ma-ba-tha>. Acesso em 13 nov 2020.
- MEARSHEIMER, John J. (1995). **The False Promise of International Institutions**. The MIT Press.
- MEARSHEIMER, John J. (2010). **The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia**. The Chinese Journal of International Politics.
- MEARSHEIMER, John J. (2014). **Can China Rise Peacefully?** The National Interest.
- MELVILLE, Theresa S. (2019). **Análise Histórica e Normativa dos Casos de Apátrida**. Universidade Federal de Roraima.
- MOHAJAN, Haradhan K. (2018). **History of the Rakhine State and the Origin of the Rohingya Muslims**. Premier University.
- MOHAN, C. Raja (2014). **Drawing Lines in the Water**. The Indian Express. Disponível em: <http://indianexpress.com/article/opinion/columns/drawing-lines-in-the-water/99/>. Acesso em 10 mar 2020.
- MOHAN, C. Raja (2015). **Chinese Takeaway: Bengal's Bay**. The Indian Express. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/opinion/columns/chinese-takeaway-bengals-bay/>. Acesso em 10 mar 2020.
- MORGENTHAU, Hans (1948). **Politics Among Nations**. McGraw-Hill Education.

MIZUNO, Atsuko (2016). **Economic Relations Between Myanmar and China**. Kyushu University.

MYA, Than (2005). **Myanmar in ASEAN: Regional Cooperation Experience**. Institute of Southeast Asian Studies.

NOBRE, Fábio (2017). **Religião e violência em conflitos intratáveis: a radicalização do Budismo no Mianmar**. 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2001). **Carta das Nações Unidas**. Centro de Informação da ONU para o Brasil.

PARNINI, Syeda N. (2013). **The Crisis of the Rohingya as a Muslim Minority in Myanmar and Bilateral Relations with Bangladesh**. Journal of Muslim Minority Affairs.

RAHUL, Anshuman (2018). **The Game for Regional Hegemony: China's OBOR and India's strategic response**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations.

SAHANA, Meheeb; ANISUJJAMAN, M.D.; JAHANGIR, Selim (2019). **Forced Migration and the Expatriation of the Rohingya: A Demographic Assessment of Their Historical Exclusions and Statelessness**. Journal of Muslim Minority Affairs.

SAID, Edward (1978). **Orientalism**. Pantheon Books.

SAMARANAYAKE, Nilanthi (2012). **The Long Littoral Project: Bay of Bengal: A Maritime Perspective on Indo-Pacific Security**. CNA Corporation.

SIFTON, John (2019). **US Imposes Human Rights Day Sanctions on Myanmar**. Human Rights Watch.

SOARES, Marília N. (2018). **Uma Análise sobre os Refugiados: O Caso dos Rohingya no Estado de Myanmar**. Faculdade Damas da Instrução Cristã.

SPYKMAN, Nicholas J. (1942). **America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power**. Brace & Co.

SPYKMAN, Nicholas J. (1944). **The Geography of Peace**. Yale University Institute of International Relations.

STOKKE, Kristian; OVERLAND, Indra; VAKULCHUK, Roman (2018). **Myanmar: A Political Economy** Analysis. Norwegian Institute of International Affairs.

TAUFIQ, Hossain A. (2019). **China, India, and Myanmar: Playing Rohingya Roulette?** Independent University of Bangladesh.

THANT, Myint Y. (2011). **Where China Meets India: Burma and the New Crossroads of Asia.** Farrar, Straus, and Giroux.

THWIN, Michael-Aung; THWIN, Maitri-Aung (2012). **A History of Myanmar Since Ancient Times: Traditions and Transformations.** Reaktion Books.

WALTZ, Kenneth N. (1979). **Theory of International Politics.** Addison-Wesley Publishing Company.

XAVIER, Constantino; BARUAH, Darshana M. (2018). **Connecting the Bay of Bengal: The Problem.** Carnegie India. Disponível em: <https://carnegieindia.org/2018/03/01/connecting-bay-of-bengal-problem-pub-75710>. Acesso em 27 ago 2020.

XINHUA (2018). **Petróleo bruto transportado por oleoduto de Mianmar a China atinge 8,9 milhões de toneladas.** Xinhua News. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2018-06/08/c_137240257.htm. Acesso em 4 nov 2020.

YEGAR, Moshe (1972). **The Muslims of Burma.** Instituts Der Universitat Heidelberg.

YEGAR, Moshe (2002). **Between Integration and Secession.** Lanham, Lexington Books.

YHOME, Khriezo (2014). **Myanmar and the Geopolitics of the Bay of Bengal.** Observer Research Foundation.

YHOME, Khriezo (2014). **The Bay of Bengal at the Crossroads: Potential for Cooperation among Bangladesh, India and Myanmar.** Friedrich-Ebert-Stiftung.

YHOME, Khriezo (2019). **Understanding China's Response to Ethnic Conflicts in Myanmar.** Observer Research Foundation.

ZHOU, Laura (2017). **China lays out three-point plan to ease Rohingya crisis.** South China Morning Post. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2120607/china-lays-out-three-point-plan-ease-rohingya-crisis>. Acesso em 27 ago 2020.